

* 1 JUN 1989

Sarney admite sair antes

Ricardo Noblat

Na última terça-feira, ao embarcar no Boeing presidencial, o deputado Milton Reis, ex-secretário-geral do PMDB, imaginou aproveitar a viagem ao lado do presidente José Sarney para conversar sobre o quadro político do país — não calculou que ouviria o que conta que acabou por ouvir. O Boeing transportou a comitiva do presidente até Minas Gerais, onde seria inaugurado, como foi, mais um trecho da Ferrovia do Aço.



Reis propôs a Sarney a introdução do parlamentarismo até o final do ano e a redução do mandato dele em dois meses e 15 dias. O sucessor de Sarney, eleito em novembro e dezembro próximos, assumiria o cargo no dia 1º de janeiro. Só a partir daí começaria a valer o sistema parlamentarista de governo que seria aprovado até lá. Sarney concordou com a proposta do deputado. Concordou sem hesitar, segundo ele.

Fez mais: naquele mesmo dia, mandou Reis procurar e se entender a respeito com o ministro Oscar Corrêa, da Justiça. O deputado encontrou o ministro, que considerou a idéia muito boa e que se prontificou a ajudá-lo para viabilizá-la. Reis agiu com rapidez: conversou com Nelson Carneiro, presidente do Senado, que acalentava o sonho de apresentar emenda à Constituição na linha do que o deputado cogitava.

Carneiro redigirá a emenda. Reis aproveitou a sessão noturna do Congresso para sondar o senador Mário Covas a respeito. Covas é candidato do PSDB a presidente da República. É favorável à troca do presidencialismo pelo parlamentarismo. O senador ouviu Reis com atenção e disse que só poderá tomar qualquer posição em relação ao assunto depois de ouvir seus correligionários. Não descartou a idéia da emenda.

No meio da tarde de ontem, Reis tinha uma audiência marcada com o deputado Ulysses Guimarães, candidato do PMDB a presidente da República. Iria tratar do mesmo assunto. Pela manhã, o assunto freqüentara a reunião que tiveram os deputados Del-

fim Neto, atual presidente do PDS, e a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ). Os dois se puseram de acordo quanto à necessidade da aprovação, em breve, do parlamentarismo.

Reis está convencido, e disse-o ao presidente Sarney, de que o agravamento da crise econômica com a disparada da inflação poderá produzir no país cenas de desobediência civil como as que estão sendo registradas na Argentina. O exemplo da Argentina preocupa o presidente. Os ministros da área econômica do governo evitam garantir que a inflação, de repente, não dará um salto brusco.

A Constituição em vigor é parlamentarista em seu espírito, embora tenha conservado o presidencialismo como sistema de governo. Uma anomalia. A prudência recomenda que não se espere o prazo de cinco anos, determinado pela Constituição, para que um plebiscito decida se o sistema de governo deverá continuar presidencialista ou não. O plebiscito até poderá ser realizado para que o povo dê ou negue seu aval ao parlamentarismo introduzido antes.

É o que pensa o deputado Reis — e é o que ele tem dito aos seus interlocutores. Dos candidatos à sucessão de Sarney, só o ex-governador Leonel Brizola tem batido duro na idéia da adoção do parlamentarismo. Até o ex-governador Fernando Collor de Mello já se disse favorável a isso. Não será fácil, de todo modo, fazer vingar a proposta de Reis, acolhida por Sarney. O deputado tem consciência disso.

A proximidade da eleição presidencial alimenta a suspeita de que o parlamentarismo serviria para fraudar ou enfraquecer a decisão que for tomada em 15 de novembro. Imagine-se a seguinte situação: derrotado para presidente, Ulysses vence a eleição no Congresso para o cargo de primeiro-ministro. Quem governará será ele, não o presidente. Que pensarão disso os brasileiros?

Alvo atraente — O inusitado começou a ameaçar o Palácio do Planalto, desde que Sarney ali aportou. Primeiro, foi o dono de um famoso jegue, que tentou forçar a entrada no palácio com o jegue e tudo. Depois, o seqüestrador do Boeing da Vasp que ameaçou jogar o avião sobre o palácio. Agora, foi o motorista que seqüestrou um ônibus e invadiu o palácio com ele. Não se sabe o que poderá ocorrer até o fim do mandato do presidente.